

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL À EXTENSÃO

AÇÃO: PROJETO DE EXTENSÃO

Edital nº 11/2025 | CBT - Programa de Apoio a Atividades de Extensão 2026

UNIDADE PROPONENTE

Campus:
CBT

Foco Tecnológico:
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO

Título:
Mapa Social da Baixada Santista: identificação da Rede Socioassistencial

Grande Área de Conhecimento:
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Área de Conhecimento:
SERVIÇO SOCIAL

Área Temática:
Direitos Humanos e Justiça

Tema:
Direitos Individuais e Coletivos

Período de Execução:
Início: 09/02/2026 | Término: 18/12/2026

Possui Cunho Social:
Sim

CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Público Alvo	Quantidade Prevista de Pessoas a Atender	Quantidade de Pessoas Atendidas	Descrição do Público-Alvo
Instituições Governamentais Federais	200	-	-
Grupos Comunitários	1867558	-	-
Público Interno do Instituto	1894	-	-
Instituições Governamentais Municipais	100	-	-
Organizações Não-governamentais	200	-	-
Organizações de Iniciativa Pivada	200	-	-
Movimentos Sociais	200	-	-
Instituições Governamentais Estaduais	200	-	-

EQUIPE PARTICIPANTE

Professores e/ou Técnicos Administrativos do IFSP

Membro	Contatos	Bolsista	Titulação
Nome: Patricia da Silva Coutinho Matrícula: 1396063	Tel.: / (13) 3346-5300 (ramal: 5314) E-mail: patricia.coutinho@ifsp.edu.br	Não	DOUTORADO
Nome: Cecilia Schons Fuzioka Matrícula: 3505957	Tel.: / (13) 3346-5300 (ramal: 5314) E-mail: cecilia.fuzioka@ifsp.edu.br	Não	-

DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Resumo

O presente projeto de extensão tem como finalidade contribuir para o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da produção, sistematização e organização de informações sobre a Rede Socioassistencial da Baixada Santista. Fundamentado nas diretrizes da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS), o projeto reconhece a importância da produção de dados territoriais para a compreensão das vulnerabilidades e da melhoria de condições de acesso da população vulnerabilizada às políticas de Proteção Social Básica e Especial. A proposta consiste em mapear serviços, programas, projetos e equipamentos socioassistenciais dos municípios da região, identificando tanto as ofertas governamentais quanto aquelas desenvolvidas pela sociedade civil. Com base no levantamento de dados e na articulação com instituições locais, pretende-se organizar essas informações em um Mapa Social da Baixada Santista, estruturado por territórios e níveis de oferta/atuação. O catálogo busca facilitar o acesso da população às informações de utilidade pública, apoiar o planejamento das equipes do SUAS e aproximar o IFSP Campus Cubatão das demandas sociais do território, reforçando o compromisso da instituição com a extensão e com a construção coletiva de conhecimento voltado à garantia de direitos.

Justificativa

Este projeto de extensão busca contribuir consideravelmente com o processo de Vigilância socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao produzir e ofertar um Mapa Social para a população dos municípios da Baixada Santista. Nesse sentido, o Instituto Federal de São Paulo (Campus Cubatão) busca contribuir no processo de catalogar os serviços das diversas instituições, entidades e equipamentos sociais nos municípios do território que integram ou interagem com as instâncias governamentais e/ou sociedade civil. Deste modo, além de sistematizar e especificar o trabalho destas instituições, pretendemos ampliar o acesso dos usuários aos serviços, a partir da divulgação posterior deste Mapa, que irá identificar e realizar uma caracterização geral das instituições, entidades e equipamentos socioassistenciais de Barbacena, delimitando-os por base territorial. Esperamos gerar novos conhecimentos para a compreensão dos serviços prestados e sua abrangência territorial, assim como divulgar suas atividades desenvolvidas, possibilitando o uso técnico-operacional do Catálogo Social pelas diversas instâncias governamentais, para além da população. A publicação deste produto, em meio virtual, reforçará o compromisso do IFSP, instituição pública, frente as diretrizes da extensão universitária, proporcionando ações para e com a sociedade civil, subsidiando a população na busca de informações de utilidade pública e viabilização de direitos, ao oferecer dados e conhecimentos sobre o que vem sendo prestado a título de serviços socioassistenciais. Evidentemente, que o Mapa Social se constituirá como um documento que não se esgotará apenas no universo de serviços disponíveis, mas em um produto aberto e inacabado por essência, considerando a dinâmica das organizações que compõe a rede de serviços socioassistenciais destes equipamentos sociais. Em um nível mais abrangente, os "equipamentos sociais" podem ser compreendidos como universo das entidades, instituições e equipamentos socioassistenciais o seguinte conjunto: serviços socioassistenciais, prestados diretamente pela Política de Assistência Social ou através de relação contratual com entidades; entidades socioassistenciais inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) dos diversos municípios; serviços de saúde e equipamentos educacionais. O SUAS tem como principais pressupostos a territorialidade, a descentralização e a intersetorialidade. Entende-se que o paradigma desse sistema articula a descentralização e a intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre a população de um dado território (SIMÕES, 2009). Assistência Social é uma política pública de caráter protetivo e juntamente com o Sistema de Saúde e a Previdência Social formam o tripé da Seguridade Social. Diante disso, ressalta-se que é imprescindível a articulação entre estas políticas públicas para garantir a integralidade na proteção aos sujeitos sociais, ou seja, para que haja a efetividade do princípio da intersetorialidade. Os serviços socioassistenciais são previstos no artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, como atividades continuadas que visam a melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos e diretrizes previstos nessa lei. Nessa perspectiva, ganham destaque a descentralização político-administrativa, com comando único em cada esfera de governo, a participação da população e a primazia da responsabilidade do Estado. A Política Pública de Assistência Social tem como perspectiva realizar-se de forma

integrada às políticas setoriais, considerando as peculiaridades de cada território socioassistencial, efetivando a proteção social a partir da inclusão das famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de Proteção Social local. A Proteção Social é hierarquizada em Básica e Especial. Os territórios socioassistenciais representam a delimitação de áreas no município de Barbacena/MG, que correspondem ao espaço de intervenção da Política Municipal de Assistência Social em seus distintos níveis de proteção – básica e especial. Estes territórios socioassistenciais, conhecidos como “bairros”, também são territórios de acessibilidade e foram construídos levando-se em consideração o arranjo organizacional do Município, para que assim em cada região, o usuário da Assistência Social tenha meios de acessar os equipamentos da rede de serviços, o que garante a mobilidade das pessoas, dentro territórios socioassistenciais. A análise do Atlas do Desenvolvimento Humano da Baixada Santista (IPEA/PNUD/FJP) demonstra que, entre 2000 e 2010, a região apresentou avanços relevantes nos índices de desenvolvimento humano, especialmente nos componentes Educação e Longevidade. O IDHM regional passou de 0,700 para 0,777, impulsionado pelo crescimento expressivo do subíndice Educação, que aumentou de 0,579 para 0,720, evidenciando maior escolarização, ampliação do acesso ao ensino e elevação da escolaridade média da população. A longevidade também apresentou melhora significativa, com a esperança de vida ao nascer passando de 72,2 para 75,5 anos, enquanto o indicador de renda cresceu de maneira mais moderada, com a renda domiciliar per capita subindo de R\$ 872,76 para R\$ 996,70 (valores de 2010). Esses avanços indicam que, no período analisado, a região consolidou melhorias estruturais em áreas fundamentais do desenvolvimento humano. Apesar do progresso, os dados do Atlas revelam também a persistência de profundas desigualdades socioespaciais internas. Embora nenhuma Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) permanecesse na faixa de “Baixo Desenvolvimento Humano” em 2010, as disparidades entre UDHs continuaram expressivas, sobretudo nos indicadores educacionais e nos padrões de renda. Aproximadamente 18,2% da população regional permanecia vulnerável à pobreza, e havia grande concentração de famílias vivendo em territórios precarizados, onde a oferta de serviços públicos e infraestrutura urbana é mais limitada. Esses elementos evidenciam a coexistência de dinâmicas de desenvolvimento e vulnerabilidade, reforçando a necessidade de políticas públicas territorializadas e de instrumentos de diagnóstico — como o Mapa Social da Baixada Santista — capazes de subsidiar ações do SUAS e promover a redução das desigualdades regionais. O relatório da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS/SP), referente à Baixada Santista (2021) fornece um panorama essencial da estrutura socioassistencial regional, revelando a composição, a dispersão territorial e a demanda por serviços de proteção social entre os municípios que compõem a região. Os dados expressam o perfil socioeconômico e a vulnerabilidade de grande parte da população — evidenciada pela elevada proporção de famílias cadastradas no CadÚnico, formalizando a dependência de benefícios sociais para sua sobrevivência. Tal contexto indica que a rede de assistência não é apenas complementar, mas estrutural, demandando atuação contínua e planejada do Estado e da sociedade civil organizada. Além disso, o relatório aponta para a complexidade e diversidade dos serviços oferecidos — abrangendo áreas como proteção básica, especial, saúde, educação e atenção a grupos vulnerabilizados —, mas também para lacunas na oferta e descontinuidade na cobertura, especialmente em municípios com menor capacidade institucional. A fragmentação da informação e a dificuldade de acesso à rede tornam-se entraves para a efetiva garantia de direitos. Esses elementos reforçam a necessidade de instrumentos de mapeamento e sistematização territorial — como o proposto “Mapa Social da Baixada Santista” — que permitam visualizar a configuração da rede, identificar vazios assistenciais e orientar políticas públicas mais eficazes, contextualizadas e equitativas. Nesse sentido, a disponibilização de dados da DRADS (2021) não apenas subsidia a produção de diagnósticos sociais, mas também legitima a ação de instituições de ensino como o IFSP Campus Cubatão na promoção da extensão universitária voltada à assistência social. Ao organizar e socializar essas informações, o projeto fortalece a Vigilância Socioassistencial, colabora para a transparência institucional e para a democratização do acesso aos direitos, contribuindo para a intersetorialidade, para a articulação entre o ensino, a pesquisa e a comunidade e para o enfrentamento das desigualdades estruturais na Baixada Santista. Estes dados reforçam a importância e a urgência de um instrumento como o Mapa Social da Baixada Santista. Em primeiro lugar, a existência de uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade justifica o mapeamento da oferta socioassistencial: o Catálogo Social permitirá identificar quais serviços estão disponíveis, sua localização territorial, tipo de atendimento e público-alvo, facilitando o acesso para quem necessita. Em segundo lugar, a diversidade municipal e as desigualdades intra-região exigem um diagnóstico sensível às especificidades locais — algo que apenas um olhar territorializado e sistemático, como o previsto no projeto, pode fornecer. Isso contribui para uma Vigilância Socioassistencial mais eficaz, guiada por dados reais e contexto local. Por último, ao articular instituições de ensino (no caso o IFSP Campus Cubatão), poder público e sociedade civil, o projeto não apenas produz conhecimento, mas também fortalece o controle social e a democratização da informação, contribuindo para a transparência da rede socioassistencial e para a efetividade das políticas públicas. A educação, especialmente quando compreendida em sua dimensão social e cidadã, desempenha papel fundamental no fortalecimento das políticas públicas e na construção de territórios mais democráticos. No âmbito do SUAS, instituições educacionais como o IFSP assumem relevância estratégica ao produzir conhecimento técnico, crítico e socialmente comprometido, contribuindo para a leitura das vulnerabilidades e para a qualificação das respostas do poder público. Assim, ao envolver estudantes, servidores e a comunidade acadêmica em processos de pesquisa, formação e extensão, o Instituto reafirma o papel da educação como vetor de transformação social, produzindo conhecimento capaz de impactar diretamente a vida dos sujeitos e a organização dos territórios. O IFSP Campus Cubatão, ao desenvolver este projeto de extensão voltado ao mapeamento e à sistematização da Rede Socioassistencial da Baixada Santista, consolida-se como um ator fundamental para o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial. A produção do Mapa Social não apenas amplia o acesso à informação e apoia o planejamento das equipes do SUAS, mas também aproxima o Instituto das demandas concretas do território, estimulando a formação de estudantes sensíveis às desigualdades sociais e capazes de atuar de maneira ética e crítica no campo das políticas públicas. Dessa maneira, o IFSP contribui diretamente para a qualificação da gestão local e regional, reforçando os princípios da territorialidade, da intersetorialidade e da participação social. Nesse sentido, a extensão cumpre sua função institucional ao promover o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes comunitários, constituindo uma via de mão dupla que transforma tanto a sociedade quanto a própria instituição. Ao se engajar na produção de diagnósticos, indicadores e instrumentos de apoio à gestão pública — como o Mapa Social da Baixada Santista —, o IFSP reafirma seu compromisso com a formação integral de seus estudantes, com a promoção de direitos e com o desenvolvimento social e regional. O projeto, portanto, representa mais do que um produto técnico: é uma ação educativa, territorial e cidadã, que fortalece o SUAS e contribui para a construção de políticas mais justas e efetivas.

Fundamentação Teórica

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aprovada em 2012 – NOB 2012 - em seu artigo 1º, afirma a Vigilância Socioassistencial como uma função da Política de Assistência Social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos (BRASIL, 2012). Essas três funções possuem fortes relações entre si, e em certo sentido, podemos afirmar que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementariedade com as demais. A NOB 2005 já apontava que a Vigilância Socioassistencial consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência (BRASIL, 2012). Para tal, a Vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da Política de Assistência Social, assim como para a redução dos agravos; e desta forma, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da política de assistência social. De acordo com as determinações da NOB 2012 a Vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa em nível municipal, estadual e federal, contribuindo com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população, e auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios. Deve, ainda, contribuir com a própria Gestão – em sentido amplo – auxiliando a formulação, planejamento e execução de ações que induzam à adequação da oferta às necessidades da população. Para isso, faz-se necessário que também sejam produzidas e analisadas informações sobre o financiamento; sobre o tipo, volume, localização e qualidade das ofertas; bem como das condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos. A Vigilância Socioassistencial deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: a) sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; b) sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetadas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso. A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização (BRASIL, 2012). É importante relatar que é essencial buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios (BRASIL, 2012). A análise crítica da pobreza na Baixada Santista evidencia um quadro de profundas desigualdades socioespaciais, no qual a concentração de riqueza e infraestrutura em municípios como Santos contrasta fortemente com a vulnerabilidade social presente em cidades vizinhas, como Guarujá, São Vicente e Cubatão. Essa disparidade não é um fenômeno recente, mas resulta de processos históricos de ocupação urbana marcados pela especulação imobiliária, pela expulsão de populações de baixa renda de áreas centrais e pela ocupação de espaços periféricos desprovidos de serviços públicos essenciais. Tal processo produziu uma territorialidade fragmentada, expressa na coexistência de zonas economicamente dinâmicas e áreas caracterizadas por precariedade, insegurança habitacional e ausência de políticas públicas efetivas. A vulnerabilidade habitacional e ambiental constitui uma das faces mais visíveis da pobreza regional. A expansão de moradias em áreas de risco — encostas de morros, manguezais e zonas suscetíveis a alagamentos — é consequência direta da falta de acesso à terra urbanizada. Situações como os deslizamentos ocorridos em 2020, que vitimaram dezenas de pessoas, evidenciam como a precarização das condições de moradia aprofunda o risco social e ambiental ao qual parte significativa da população está exposta. Em alguns municípios, como Guarujá, os índices de moradia em favelas ultrapassam um terço da população, revelando a magnitude das desigualdades territoriais e sua correlação direta com processos históricos de exclusão urbana. Somam-se a esse quadro as dinâmicas econômicas regionais, marcadas pela informalidade e pela sazonalidade. Municípios com forte dependência do turismo, como Guarujá, Itanhaém e Peruíbe, experimentam oscilações significativas na geração de emprego e renda ao longo do ano, o que precariza as formas de inserção laboral e empurra grande parte da população para a informalidade. Mesmo em cidades com economia mais diversificada, como Santos e Cubatão, persistem bolsões de pobreza e baixos indicadores de renda familiar per capita, demonstrando que o desenvolvimento econômico regional não se distribui de maneira equitativa. A presença expressiva de famílias cadastradas em programas sociais vivendo com rendas inferiores a R\$ 89,00 per capita evidencia a persistência da insegurança econômica mesmo em territórios de alto dinamismo econômico. De acordo com Jakob, Cunha e Youg (2023), a dinâmica de segregação socioespacial na Baixada Santista evidencia como a expansão urbana linear da região, marcada por barreiras naturais como morros, manguezais e áreas ambientais protegidas, combinada com o crescimento demográfico, resultou na formação de uma metrópole socialmente fragmentada. Documenta-se um extravasamento da ocupação urbana inicial centrada no município de Santos, para municípios periféricos como Cubatão, Praia Grande, Guarujá e São Vicente, onde grandes contingentes de população de baixa renda se concentraram em áreas de menor valor territorial, geralmente distantes da orla marítima e com infraestrutura precária. Esses elementos revelam que a pobreza na Baixada Santista é estrutural e multidimensional, manifestando-se na desigualdade de acesso a serviços, na precarização do habitat, na vulnerabilidade socioambiental e na frágil inserção produtiva de grande parte da população. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a formulação de políticas públicas integradas, territorializadas e baseadas em evidências, capazes de reverter a lógica histórica de exclusão. A produção de diagnósticos, análises e instrumentos de leitura do território — como o Mapa Social proposto neste projeto — constitui, portanto, um passo fundamental para qualificar a atuação do SUAS, fortalecer a Vigilância Socioassistencial e subsidiar intervenções mais eficazes orientadas à garantia de direitos e à redução das desigualdades no território da Baixada Santista. De acordo com o Observatório das Metrópoles (2025) o desenvolvimento econômico da Região historicamente apresenta estreitas relações com o Porto de Santos e com o Complexo Industrial de Cubatão. Na última década (2000-2010) esse processo se intensificou apresentando profundas marcas de crescimento econômico centradas na ampliação e privatização do Porto e no início da operacionalização da extração de petróleo na camada Pré-Sal pela Petrobrás. Esses fatores intensificaram a dinâmica do mercado imobiliário aumentando sobremaneira o valor dos imóveis. Essa dinâmica refletiu-se em toda região, entretanto com maior intensidade em Santos e em São Vicente, pela proximidade com a cidade polo. Com isso, o expressivo aumento do valor dos imóveis estendeu-se a aluguéis de alto valor que,

consequentemente, remeteu a um efeito cascata no custo de vida provocando uma modificação profunda no território e uma expulsão da população dos municípios centrais para outros municípios da região, principalmente Praia Grande que teve o maior crescimento populacional nesse período. (...) podemos verificar a estreita relação entre trabalho/emprego e maiores índices de bem-estar urbano nos municípios centrais (Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande), ou seja, o espaço de onde se centralizam as atividades ligadas à cadeia produtiva industrial e portuária e como esse índice vai caindo na medida em que essa distância aumenta. Portanto, pode-se dizer que há uma estreita relação entre um melhor índice nas proximidades das áreas com índices deste eixo econômico. Desse modo, destacamos a necessidade de articulação entre a Política de Educação e de Assistência Social na perspectiva de difusão de conhecimento, no intuito de viabilizar direitos e informações. A Extensão constitui-se como dimensão finalística dos Institutos Federais e integra, de forma indissociável, o tripé Ensino–Pesquisa–Extensão. Seu propósito central é democratizar o conhecimento produzido no âmbito acadêmico, promovendo a circulação social das aprendizagens, tecnologias, metodologias e saberes construídos pela comunidade educativa. Fundamentada na dialogicidade, a Extensão estabelece uma relação horizontal entre a comunidade interna — composta por docentes, técnicos administrativos e estudantes — e a comunidade externa, reconhecendo ambos os espaços como produtores legítimos de conhecimento. Enquanto ação institucional voltada ao desenvolvimento social, a Extensão assume papel estratégico para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, contribuindo para a leitura crítica dos territórios, para a construção de respostas socialmente situadas e para a ampliação da participação cidadã. Nessa perspectiva, promove práticas formativas que articulam teoria e realidade concreta, potencializando a formação integral dos estudantes e estimulando o compromisso ético-político com os desafios contemporâneos. Assim, ao assegurar a articulação com diferentes segmentos sociais e com o mundo do trabalho, a Extensão cria um espaço privilegiado de vivências, trocas de experiências e produção conjunta de soluções. Dessa forma, impulsiona o desenvolvimento socioeconômico e cultural, fortalece processos equitativos e sustentáveis e reafirma o papel dos Institutos Federais como instituições públicas comprometidas com o bem comum e com a transformação social dos territórios onde estão inseridos. A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. (FORPROEXT, 2015.) De acordo com os documentos institucionais do IFSP, uma das diretrizes que orientam a implementação das atividades de extensão – também conhecidas como “Os 5 Is da Extensão” – foram definidas pela Política Nacional de Extensão, a saber: a interação dialógica (que focaliza a relação entre o Instituto Federal e os diferentes setores sociais, superando, assim, o discurso da hegemonia acadêmica); a interdisciplinaridade e interprofissionalidade (ações de extensão são propostas de forma interdisciplinar visando à superação da dicotomia “generalização vs especialização”, tendo em vista a complexidade da sociedade); a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (que reafirma a extensão como processo acadêmico que adquire maior efetividade se aliada ao ensino - formação de pessoas - e à pesquisa - geração de conhecimento); o impacto na formação do estudante (em que a extensão constitui aporte decisivo para a formação do estudante, seja pela ampliação de seu universo de referência, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que envolvem o seu dia a dia); e o impacto e transformação social (em que extensão é o mecanismo por meio do qual se estabelece a interação entre a sociedade e a Instituição, com vistas a uma atuação transformadora e propiciadora do desenvolvimento social e regional). Este último item é central neste projeto, que busca produzir conhecimento e gerar uma ação transformadora na informação dos serviços. Por fim, cabe destacar que o público-alvo deste projeto se refere a toda a população da Baixada Santista, em especial os usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que buscam acessar os diversos serviços, programas, projetos e equipamentos da rede socioassistencial.

Objetivo Geral

Objetivo Geral - Realizar o mapeamento social da Rede Socioassistencial da Baixada Santista, a partir da coleta, sistematização e análise de dados territoriais e institucionais, contribuindo para o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial e para o aprimoramento do acesso da população aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUAS).
Objetivos Específicos - Levantar os dados que caracterizem a realidade socioassistencial dos territórios que compõem a Baixada Santista; - Sistematizar e descrever o trabalho desenvolvido pelas instituições e equipamentos socioassistenciais dos municípios da região; - Elaborar e publicar o Mapa Social da Baixada Santista, reunindo informações sobre serviços, programas, projetos e entidades governamentais e da sociedade civil, organizados por território e por nível de proteção social; - Facilitar o acesso da população às informações essenciais para a garantia de direitos, ampliando a transparência e a visibilidade da rede socioassistencial regional; - Fortalecer a articulação entre o IFSP Campus Cubatão e as instituições da rede socioassistencial da Baixada Santista, promovendo ações integradas de extensão e contribuindo para o desenvolvimento social do território.

Metodologia da Execução do Projeto

Para elaboração deste Mapa Social, o projeto de extensão propõe ações em eixos de ações, na busca para a elaboração, e posterior publicação do Mapa Social. Será realizado contato telefônico, busca de informações na internet e visitas aos equipamentos sociais para sistematizar as informações destas instituições. Além destas ações serão implementadas oficinas territorializadas, que devem se constituir parte integrante do Projeto de Extensão, e buscará por meio de diversos instrumentos de planejamento e gerenciamento, promover o desenvolvimento de ações articuladas para realizar o mapeamento e diagnóstico do território e de suas instituições. Além disto, serão realizados contatos com os Conselhos Municipais de Assistência Social, que possuem o cadastro destas instituições, visto que é parte do processo de registro destas entidades. Seguem os seguintes eixos de ação: Eixo 1 - delimitação dos territórios socioassistenciais, identificação dos equipamentos e vulnerabilidades sociais para elaboração das regiões do Mapa Social; Eixo 2 - análise da organização e de frente de ação do processo de trabalho dos equipamentos; Eixo 3 – Elaboração/publicação do mapa. Assim, o futuro “Mapa Social”, será dividido em capítulos, subdivididos nas regiões administrativas dos municípios):

Acompanhamento e Avaliação do Projeto Durante a Execução

O acompanhamento do projeto será realizado por meio de um processo contínuo de monitoramento das atividades, garantindo a coerência entre os objetivos propostos, as metas estabelecidas e os resultados alcançados. Para isso, serão utilizadas reuniões semanais de alinhamento entre a coordenação, bolsista, estagiária e colaboradores; registros sistemáticos em diários de campo, atas e instrumentos de controle das etapas previstas no cronograma. A avaliação processual permitirá identificar eventuais dificuldades, ajustar metodologias e assegurar que as ações de mapeamento territorial e sistematização dos dados da rede socioassistencial da Baixada Santista sejam executadas de forma eficiente e articulada. Além disso, serão adotados indicadores qualitativos e quantitativos para avaliar o desempenho das atividades, considerando, por exemplo, o número de instituições mapeadas, a precisão e consistência das informações coletadas, o envolvimento da comunidade e a efetividade da articulação interinstitucional. Entre as ferramentas utilizadas destacam-se a matriz de acompanhamento de metas, relatórios mensais de progresso, planilhas de sistematização de dados, registros fotográficos das ações e reuniões técnicas de devolutiva. Esses instrumentos permitirão mensurar a evolução do projeto e assegurar o controle sobre a qualidade dos produtos intermediários, tais como fichas de mapeamento, bancos de dados organizados e sínteses parciais do diagnóstico. Ao final de cada etapa relevante, serão produzidos relatórios técnicos que documentem o andamento do projeto e sirvam de subsídio para a avaliação institucional. A periodicidade do monitoramento será mensal para as atividades internas e bimestral para devolutivas ampliadas, incluindo apresentações para a comunidade acadêmica do IFSP Campus Cubatão e para representantes da rede socioassistencial regional. Ao término do projeto, será elaborado um relatório final contendo os resultados alcançados, os limites identificados e as recomendações para continuidade das ações, garantindo que os produtos gerados — como o Mapa Social da Baixada Santista, apresentações públicas e materiais de divulgação — cumpram sua função social e reforcem o compromisso da extensão com a transformação do território.

Resultados Esperados e Disseminação dos Resultados

A disseminação dos resultados constitui em uma etapa estratégica para garantir a efetividade social deste projeto e ampliar seu impacto no território da Baixada Santista. Espera-se que a sistematização do Mapa Social da Baixada Santista e a consolidação dos dados referentes à rede socioassistencial regional permitam o acesso pleno a estes serviços, bem como orientar a tomada de decisões dos órgãos públicos, especialmente os Conselhos Municipais de Assistência Social, qualificando o planejamento, a vigilância e a execução das políticas de assistência social. Nesse sentido, os resultados obtidos serão organizados de forma clara e acessível, permitindo que gestores, trabalhadores do SUAS, entidades da sociedade civil e pesquisadores utilizem o material como subsídio para o desenvolvimento de diagnósticos e ações intersetoriais. As ações de divulgação serão estruturadas em diferentes formatos e níveis de abrangência. Em âmbito regional, está prevista a publicação do Mapa Social em versão digital de livre acesso, possibilitando ampla circulação entre os municípios da Baixada Santista e fortalecendo a transparência e a democratização da informação. Serão elaborados também artigos científicos e materiais sínteses, que poderão ser divulgados em revistas, sites institucionais e repositórios acadêmicos. Além disso, pretende-se organizar rodas de conversa e reuniões técnicas com gestores públicos, conselhos de políticas sociais, organizações sociais, população em geral e com a comunidade acadêmica do IFSP, propiciando espaços de socialização e debate dos achados da pesquisa. A disseminação dos resultados busca, ainda, promover o fortalecimento do papel do IFSP Campus Cubatão na promoção do desenvolvimento regional, ampliando a interação entre a instituição e a sociedade civil organizada. A partir da qualificação da comunicação e da sistematização do conhecimento produzido, espera-se contribuir para a consolidação de um sistema descentralizado e participativo de assistência social, para o aprimoramento da oferta de serviços e para a ampliação do acesso da população às informações de relevância pública. Dessa forma, o projeto pretende alcançar não apenas as equipes do SUAS, mas também estudantes, pesquisadores, organizações não governamentais e demais atores envolvidos na garantia de direitos, assegurando que os resultados obtidos retornem à comunidade e fomentem práticas socialmente transformadoras.

Referências Bibliográficas

ALVIM, J. E. CARREIRA; ALVIM, M. H. (Colab.). Organização da assistência social no Brasil: atualizada de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2023. ANTONELLO, M. G.; ROMANO, L. N.; MARTINS, M. E. S. A importância do processo de sistematização de conhecimentos para o desenvolvimento de produtos. Revista Espacios. vol. 36 (Nº 05), 2015. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). CapacitaSUAS Caderno 1 - Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social. Brasília: MDS, 2013. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas sobre o PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Brasília: MDS, 2012. v. 2. BRASIL. Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial, 2012. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004. JAKOB, Alberto Augusto Eichman; DA CUNHA, José Marcos Pinto; YOUNG, Andréa Ferraz. Riqueza à beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista (anos 1990). In: Vulnerabilidade. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2023. p. 435–455 BROSE, Markus. O Marco Lógico: instrumento de gestão e comunicação. Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. P. 279 a 286. Markus Brose (org). Porto Alegre. Tomo Editorial, 2001. _____. Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre : Tomo, 2001 OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Baixada Santista: crescimento econômico e desigualdade social. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/baixada-santista-crescimento-economico-e-desigualdade-social/>. Acesso em: 28 nov. 2025. Observatório das Metrópoles PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: Região Metropolitana da Baixada Santista. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro, 2015. Disponível em: <https://>

Processo de Elaboração do Projeto

O processo de elaboração deste projeto iniciou-se há alguns meses, a partir das reflexões desenvolvidas no âmbito das atividades do Serviço Social do IFSP – Campus Cubatão e das experiências acumuladas no acompanhamento do estágio supervisionado, em que possuímos ações junto à rede socioassistencial da Baixada Santista. As demandas emergentes desses espaços revelaram tanto a necessidade de maior integração entre as instituições do território quanto a carência de instrumentos sistematizados que reunissem informações sobre serviços, equipamentos e ofertas socioassistenciais, facilitando o acesso da população e qualificando a atuação dos profissionais do SUAS. A identificação do problema social a ser enfrentado ocorreu, portanto, de maneira orgânica, diretamente relacionada ao cotidiano profissional e formativo da equipe de Serviço Social, bem como da precariedade de informações da rede de serviços, e ainda da dificuldade de acesso dos alunos aos seus direitos. A ausência de um mapeamento atualizado e acessível da rede socioassistencial da Baixada Santista mostrava-se um entrave recorrente tanto para os processos de encaminhamento e orientação quanto para a própria compreensão das vulnerabilidades territoriais e das possibilidades de proteção social disponíveis no território. Esse diagnóstico inicial motivou a proposta de construção de um Mapa Social regional, alinhado às diretrizes da Extensão. Assim, a elaboração do projeto contou com a participação ativa da equipe do Serviço Social, que aportou sua experiência técnica e vivência cotidiana na gestão da assistência estudantil e na articulação com políticas públicas locais. Além disso, foram realizadas interlocuções informais e preliminares com instituições parceiras da Baixada Santista, que reforçaram a relevância e a pertinência social da proposta. O projeto, portanto, nasce de um processo colaborativo, fundamentado no diálogo entre a prática profissional, a formação acadêmica e as necessidades concretas da comunidade.

Necessidade de equipamentos do Campus

Necessidade de espaço físico do Campus

Recurso financeiro do Campus

Metas

- 1 - Mapear e registrar, no período de vigência do projeto, ao menos 80% dos serviços, programas, projetos e equipamentos que compõem a Rede Socioassistencial dos nove municípios da Baixada Santista, organizando informações sobre tipologia, localização territorial, formas de acesso e público atendido
- 2 - Realizar oficinas territoriais envolvendo a população da Baixada Santista, a fim de validar informações coletadas e promover espaços dialógicos de construção coletiva do conhecimento.
- 3 - Produzir um banco de dados sistematizado contendo todas as informações levantadas durante o mapeamento, com recursos de classificação por território, nível de proteção social (básica e especial) e natureza institucional (governamental ou sociedade civil), garantindo a consistência metodológica e a utilidade técnico-operacional do material
- 4 - Produzir um banco de dados sistematizado contendo todas as informações levantadas durante o mapeamento, com recursos de classificação por território, nível de proteção social (básica e especial) e natureza institucional (governamental ou sociedade civil).
- 5 - Promover, ao longo e ao final do projeto, no mínimo duas ações de disseminação dos resultados — tais como reuniões técnicas, rodas de conversa, apresentação institucional no IFSP, participação em eventos ou produção de materiais informativos — assegurando ampla divulgação das informações produzidas e fortalecimento da articulação entre o IFSP Campus Cubatão e a rede socioassistencial regional.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta Atividade Especificação		Indicador(es) Qualitativo(s)	Indicador Físico Indicador Quantitativo	Período de Execução Qtd. Início Término	
1	1	Levantamento preliminar e Amplitude territorial da busca ativa das instituições - identificação; Realização de levantamento dados coletados (horário, exploratório por meio de endereço, tipologia, contato telefônico, pesquisa em público); Adequação das	Nº de instituições identificadas e registradas (estimativa para atingir 80%)	300	09/02/2026 09/08/2026

Meta Atividade Especificação		Indicador(es) Qualitativo(s)	Indicador Físico Indicador Quantitativo	Período de Execução Qtd. Início Término	
1	2	bases públicas (CadSUAS, CMAS, DRADS, páginas institucionais) e estudo documental para identificar serviços e instituições de todos os nove municípios. Visitas técnicas e validação das informações coletadas - Realização de visitas presenciais a equipamentos governamentais e da sociedade civil para confirmar informações, atualizar dados e coletar detalhes do processo de trabalho das equipes.	informações às diretrizes da Vigilância Socioassistencial. Grau de fidedignidade dos dados validados; Engajamento das instituições visitadas; Nível técnico das informações alcançado na caracterização das ofertas	10	09/03/2026 09/05/2026
2	3	Oficinas de validação comunitária por território socioassistencial - Condução de oficinas participativas em diferentes regiões da Baixada Santista para validar os dados mapeados, incluir percepções da população e identificar lacunas de oferta.	Participação dos usuários e trabalhadores do SUAS; Qualidade das contribuições comunitárias; Aderência das percepções ao diagnóstico territorial.	Nº de oficinas realizadas	4 09/05/2026 09/07/2026
2	4	Sistematização das contribuições coletivas Registro e análise das contribuições geradas nas oficinas, com posterior incorporação dos ajustes ao diagnóstico e ao banco de dados.	Coerência entre dados empíricos e percepções comunitárias; Capacidade de incluir dimensões qualitativas do território ausentes nos registros formais; Contribuição para qualificar o Mapa Social	Nº de relatórios sistematizados	4 09/06/2026 09/08/2026
3	5	Criação da matriz de classificação da Rede Socioassistencial - Desenvolvimento de uma matriz técnica que permita classificar cada instituição segundo tipologia SUAS, proteção social (PSB/PSE), natureza institucional e território socioassistencial.	Consistência metodológica da matriz; Compatibilidade com normativas do SUAS; e variáveis Funcionalidade para análise territorial	Nº de categorias definidas	10 09/07/2026 09/09/2026
3	6	Inserção e organização dos dados no banco estruturado Alimentação do banco de dados com as informações coletadas, garantindo padronização, consistência e qualidade para posterior elaboração do Mapa Social.	Coerência interna dos dados; Padronização adequada; Possibilidade de uso técnico-operacional por gestores e equipes do SUAS.	Nº de registros inseridos	200 09/08/2026 09/10/2026
4	7	Elaboração do Mapa Social (versão digital e diagramada) - Descrição: Organização de todas as informações do banco de dados em formato de Mapa Social, com categorização por município, território e nível de proteção, incluindo descrições e sínteses.	Clareza e acessibilidade das informações; Precisão das informações; Adequação ao uso por população e trabalhadores do SUAS	Nº de seções/territórios organizados	4 09/10/2026 09/11/2026
4	8	Revisão técnica e validação institucional - Realização de revisão metodológica, revisão textual e validação final junto a representantes institucionais (IFSP, SUAS, CMAS), incorporando ajustes antes da publicação.	Qualidade final do produto; Conformidade técnica com normativas SUAS; Aceitação institucional dos resultados.	Nº de versões revisadas	2 09/11/2026 20/11/2026
5	9			20	20/11/2026 09/12/2026

Meta Atividade Especificação		Indicador(es) Qualitativo(s)	Indicador Físico Indicador Quantitativo	Período de Execução Qtd. Início Término	
5	10	Roda de conversa e apresentação pública do Mapa Social - Descrição: Realização de atividade aberta no IFSP Campus Cubatão, com discussões, gestores, trabalhadores, estudantes e sociedade civil, para apresentar resultados e debater desafios da rede socioassistencial	Engajamento dos atores presentes; Relevância das discussões; Potencial de articulação interinstitucional e produzido.	Nº de participantes	
		Produção e divulgação de materiais informativos (infográficos, sínteses, cartazes) - Elaboração de materiais de divulgação contendo dados do Mapa Social, apresentados de forma didática para circulação em redes sociais, órgãos públicos e entidades sociais.	Alcance e engajamento nas redes e instituições; Potencial de uso técnico-operacional pelos municípios.	Nº de materiais produzidos	
			3	01/12/2026	18/12/2026

PLANO DE APLICAÇÃO

Classificação da Despesa	Especificação	PROEX (R\$)	DIGAE (R\$)	Campus Proponente	Total (R\$)
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	94500,00	94500,00
TOTAIS		0	0	94500,00	94500,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Despesa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	525,00	0	0

Anexo A

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes	Bolsa de extensão com valor mensal de R\$ 525,00 para 1 discente, por até 9 meses	1	9	525,00	4725,00
TOTAL GERAL					4.725,00